



2. ^o	PUBLICADO NO D. O./U.
C	De 04/09/1992
C	<i>[Assinatura]</i>
Rubrica	

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° 11.080-002.695/91-58

Sessão de : 09 de junho de 1992 ACORDÃO N° 201-68.119
Recurso n°: 88.140
Recorrente: TINTAS REVEFLEX LTDA.
Recorrida: DRF EM PORTO ALEGRE - RS

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS - DCTF - Obrigação acessória, instrumento do controle fiscal, caracteriza-se como obrigação de fazer e a inadimplência acarreta penalidade punitiva, não moratória ou compensatória. Entrega espontânea, ainda que fora do prazo, está alcançada pelos benefícios do art. 138 do CTN, Lei Complementar não-derrogada pela legislação ordinária vigente para a matéria. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TINTAS REVEFLEX LTDA.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1992.

Ron
ROBERTO BARROSO DE CASTRO - Presidente

Lino
LINO DE AZEVEDO MESQUITA - Relator

*ANTONIO CARLOS TAQUES CAMARGO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 10 JUL 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros HENRIQUE NEVES DA SILVA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO, ARISTOFANES FONTOURA DE HOLANDA e SERGIO GOMES VELLOSO.

OPR/MAS/MGS

*Em face das férias do titular e ex-vi da Portaria n° 427, assina o acórdão o Procurador-Representante da Fazenda Nacional, Dr. MILBERT MACAU.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 11.080-002.695/91-58

Recurso nos 88.140
Acórdão nos 201-68.119
Recorrente: TINTAS REVEFLEX LTDA.

R E L A T O R I O

Trata-se de recurso tempestivo, interposto contra decisão de primeira instância (fls. 09/12) que manteve integralmente a notificação de lançamento de ofício da multa prevista no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968/82 (redação do art. 10 do D.L. nº 2.065/83, alterações do art. 27 da Lei nº 7.730/89 e art. 66 da Lei nº 7.799/89) no montante de 215,95 BTMF, em decorrência da entrega espontânea, porém fora dos prazos, das DCTF relativas aos meses indicados na dita notificação.

Nas razões de recurso, sustenta a Recorrente, em síntese:

— a entrega a destempo não trouxe prejuízo ao fisco, uma vez que sempre efetuou os recolhimentos dos seus tributos declarados, como pode comprovar a DIRF anual que apresentara regularmente;

— as constantes modificações da legislação fiscal causam à pequena e média empresa embarateço ao cumprimento da prestação de informações exigidas dentro dos prazos regulamentares, dali a entrega a destempo das DCTF em questão.

E o relatório. *G*

Serviço Público Federal

Processo nº: 11.080-002.695/91-58
Acórdão nº: 201-68.119

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR LINO DE AZEVEDO MESQUITA

Trata-se, conforme relatado, de entrega de DCTF fora do prazo, embora o contribuinte espontaneamente tenha tomado a iniciativa de satisfazer a obrigação.

Este Colegiado, reiteradamente, tem entendido que a hipótese caracteriza a denúncia espontânea de que trata o art. 138 do CTN, em que a responsabilidade pela infração é excluída. Sendo Lei Complementar, a sua norma tem ascendência sobre a legislação ordinária (Decreto-Lei nº 1.968/82) que, ao meu entender, dispõe sobre a aplicação da pena aos que não entregam o referido documento fiscal e contemplando, ainda, situação com a redução de 50% da multa aos que notificados pela autoridade fiscal fazem entrega daquele documento no prazo que lhe é assinado.

Os decisórios deste Colegiado emanadas de ambas as Câmaras, são inúmeras. A guisa de ilustrações citamos os Acórdãos de nos 202-04.778, 201-67.443, 201-67.466, 201-67.503.

As poucas dissensões havidas acerca da exclusão ou não da penalidade na entrega espontânea da DCTF fora do prazo, centravam-se no entendimento de uma corrente respeitável, no sentido de que a excludente da responsabilidade por infrações à legislação fiscal, pela denúncia espontânea, se restringe às multas ditas punitivas, não alcançando aquelas de natureza moratória, na qual se enquadraria a multa em foco.

O ilustre Presidente deste Colegiado, Conselheiro ROBERTO BARBOSA DE CASTRO, no voto que fundamenta o Acórdão nº 201-68.062 bem demonstrou, às completas, que a penalidade pelo descumprimento do prazo de entrega da DCTF, tem natureza puramente punitiva e não moratória ou compensatória, por isso que está alcançada pelos benefícios da espontaneidade prescritas no art. 138 do CTN – norma de hierarquia complementar à Constituição e, portanto, não revogada pela legislação ordinária que rege a matéria.

Assim sendo, na esteira do entendimento deste Colegiado, já manifestado por mim em diversos julgados (vide, por exemplo Acórdãos nos 201-67.443 e 201-68.062), voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala da Sessão, em 09 de junho de 1992.

LINO DE AZEVEDO MESQUITA